

## **ESCOLAS DE LUTA: a disputa entre projetos educacionais nas escolas ocupadas em São Paulo**

Luciana Brito<sup>1</sup>

### **Resumo**

O objetivo do presente estudo é sistematizar reflexões produzidas a partir de uma experiência política contemporânea – o movimento de ocupações de escolas contra o projeto de reorganização escolar do Governo Estadual de São Paulo. Trata-se de promover um debate sobre a relação entre educação e autonomia, orientando o olhar fundamentalmente para o papel dos processos de resistência no contexto escolar e sua potencialidade para, ao mesmo tempo, transformar a realidade do sistema educacional e ampliar as condições de exercício do autogoverno coletivo ainda no interior da sociedade de classes.

Palavras-chave: Escolas ocupadas; Educação pública; Luta de classes.

### **STRUGGLE SCHOOLS: the dispute among educational projects in occupied schools in São Paulo**

### **Abstract**

The goal of this study is to systematize reflexions produced from a contemporary political experience – the movement of school occupations against the school reorganization by São Paulo state government. It's about promoting a debate on the relationship between education and autonomy, directing a glance fundamentally to the role of resistance processes in school context and it's potential to, at the same time, transform the reality of educational system and expand the conditions of exercising collective self-governing inside class society.

Keywords: Occupied schools; Public education; Class struggle.

### **Introdução**

No final do mês de setembro de 2015, o Governo estadual paulista inicia o projeto de reorganização da rede pública de ensino que, dentre outras medidas,

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). luciana.brito@outlook.com

visa a separação dos ciclos (Ensino Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio) por escola. Sindicatos e movimento estudantil observaram que a reformulação acarretaria o fechamento de diversas escolas, demissões de professores e trabalhadores e, com o deslocamento de estudantes para outras escolas mais distantes, um aumento da evasão escolar, especialmente entre os estudantes trabalhadores.

A proposta não havia sido debatida com estudantes, pais e trabalhadores da educação, visto que o primeiro pronunciamento oficial feito pelo secretário estadual de educação, Herman Voorwald<sup>2</sup>, ocorreu cerca de um mês depois, ao final do mês de outubro. Segundo o portal da Secretaria de Educação, “a orientação para professores e alunos é aguardar as novidades, que serão divulgadas a partir de novembro de 2015”. Diante disso, surge uma crescente insatisfação contra o projeto do governo estadual.

As primeiras manifestações contra a reorganização escolar ocorreram na primeira semana de outubro, na capital paulista, com a adesão de estudantes e professores de diversas escolas, além de pais e estudantes universitários. Iniciou-se uma profusão de manifestações de rua em diversas cidades do Estado. Diante dos diálogos infrutíferos com a Secretaria, no início do mês de novembro, os secundaristas passaram a adotar o método de ocupação permanente de escolas para barrar a reorganização escolar. Rapidamente, o movimento se espalhou, com mais e mais escolas sendo tomadas pelos estudantes a cada dia, na capital e no interior.

Nos propomos a analisar esse movimento, de modo a tentar extrair elementos que fundamentem nossos apontamentos para o debate sobre educação e

---

<sup>2</sup> No dia 04/12, data do anúncio oficial da suspensão da reorganização, Herman Voorwald abandona o cargo na SEE. Ver mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714988-secretario-da-educacao-de-sp-deixa-cargo-apos-recuo-em-reorganizacao.shtml>. Acesso em: 15/12/2015.

emancipação. Certamente que, ao narrar os fatos, não pretendemos falar pelos protagonistas do processo, mas sim dialogar com eles, do lugar de pesquisadora e acompanhante da luta. Essa opção reflete um posicionamento político que compromete a pesquisa acadêmica com as lutas sociais dos setores oprimidos. Para além disso, há também o compromisso de alinhar as reflexões gestadas a uma corrente acadêmica ao optar por uma abordagem coletivista acerca dos fatos e ideias que são objeto de nosso estudo.

O posicionamento teórico que denominamos abordagem coletivista compreende como instrumentais a dialética elaborada por Pierre-Joseph Proudhon e o materialismo sociológico de Mikhail Bakunin, bem como uma teoria da autonomia, forjada nas elaborações destes dois teóricos clássicos do anarquismo no séc. XIX, que afirma que a emancipação das classes oprimidas só pode ser efetivada através da ação espontânea protagonizada pela própria classe, constituindo-se enquanto força coletiva que opera transformando a realidade.

Nesse quadro, a relação entre teoria e prática é de mútua incidência, de forma que as reflexões partem da observação do real e são desenvolvidas com o objetivo de influir na realidade constatada, trata-se de não apenas explicar, mas também agir sobre a realidade social. Eis nosso empenho: que as considerações aqui elaboradas não sejam mero fazer acadêmico apartado da realidade, mas que contribuam para fazer da ciência um saber insurgente que coopere com as práticas de resistência no campo da educação.

### **O Estado vem quente: a Reorganização**

Segundo o então secretário estadual de educação, Herman Voorwald, o estudo *Escolas estaduais com uma única etapa de atendimento e seus reflexos no*

*desempenho dos alunos*, de agosto de 2015, realizado pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA) da SEE<sup>3</sup>, serviu como subsídio para o projeto, que propõe a separação das unidades escolares por ciclo (Ensino Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio), visando aumento de desempenho através da adoção do modelo ciclo único. Segundo o documento, escolas de ciclo único têm desempenho 9,4% acima da média no Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (Idesp), enquanto as escolas mistas apresentam nota 1,9% abaixo da média. A intenção do projeto seria aumentar a eficiência das escolas, atendendo aos estudantes com maior qualidade e menor uso de recursos.

De acordo com o portal da SEE<sup>4</sup>, inicialmente, 754 escolas que atendiam a diferentes etapas de ensino passariam a funcionar no modelo de ciclo único, mas o previsto seria que, a partir de 2016, 43% das escolas do estado passassem a funcionar como escolas exclusivas. Segundo dados do site, “cerca de 340 mil alunos serão impactados pela reorganização das escolas” que seriam transferidos para outras escolas a partir de indicação das Diretorias de Ensino regionais. Ademais, como efeito da redistribuição dos estudantes e concentração da demanda em algumas escolas, 94 unidades escolares seriam fechadas, e seus prédios seriam cedidos aos municípios ou direcionados para outras atividades educacionais, com destinação ainda indefinida<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Trata-se de estudo interno da SEE, que manteve-se indisponível para o público até a segunda quinzena de novembro, obtido pelo jornalista do Estado de São Paulo, Luiz Fernando Toledo, por meio da Lei de Acesso a Informação. Disponível em:

<https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2015/12/reorganizac3a7c3a3o-das-escolas-em-sp-doc-secretaria.pdf>. Acesso em: 15/12/2015.

<sup>4</sup> Uma breve apresentação da proposta foi divulgada no site da Secretaria Estadual de Educação: <http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/>. Acesso em: 27/11/2015

<sup>5</sup> Ver mais em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/reorganizacao-escolar-em-sp-tem-94-escolas-que-serao-disponibilizadas.html>. Acesso em 28/11/2015.

Importante apontar que a adoção de tão significativa medida se deu sem qualquer transparência e debate público entre Estado e comunidade escolar. Diante da obscuridade da proposta, pesquisadores da Universidade Federal do ABC elaboraram um estudo sobre a fundamentação e a implementação do projeto, intitulado *Análise da política pública de Reorganização Escolar proposta pelo governo do Estado de São Paulo*.

O trabalho aponta que “o estudo que serve de embasamento para a afirmação de que as escolas exclusivas têm desempenho melhor que as não-exclusivas se mostra frágil e sem rigor científico” (p.16), por partir de uma premissa enganosa, visto que tem como principal eixo de argumentação a suposta conexão entre redução de ciclos oferecidos, otimização da gestão escolar e a consequente melhora do desempenho, relação esta que não é, em nenhum momento, demonstrada teórica ou empiricamente. Sinteticamente, os pesquisadores listam os problemas metodológicos e de fundamentação encontrados na análise do documento da Secretaria:

1. Não é mostrado nenhum embasamento teórico e/ou empírico que indique os mecanismos causais pelos quais a oferta de ciclos pode afetar a gestão e o desempenho escolar.
2. A escolha da variável de desempenho não está justificada. Por que apenas o Idesp? Por que apenas os resultados de 2014?
3. O estudo desconsidera outras variáveis importantes segundo a literatura da área de educação para explicar o desempenho escolar.
4. Não é feito nenhum tipo de controle, qualitativo ou estatístico, para efetuar a comparação das escolas exclusivas e não-exclusivas, comprometendo ainda mais as ilações feitas entre oferta de ciclos e desempenho.
5. Há inconsistências e indefinições no estudo quanto aos procedimentos e critérios para classificação das escolas, não permitindo aos leitores compreender em mais detalhes a comparação realizada.
6. Não é mostrada nenhuma forma de significância estatística ou de cuidados quantitativos para os resultados da análise (PO et al., 2015, p.12-13)

O projeto de reorganização da educação básica pública paulista se apresenta como mais uma política direcionada ao cumprimento da meta firmada pelo Governo Estadual de posicionar o sistema de ensino público paulista entre os 25

melhores do mundo até 2030<sup>6</sup>. Para tanto, se faz necessário promover uma série de reformulações que adequem a educação aos padrões internacionais de competitividade almejados – uma verdadeira reforma microeconômica baseada nas exigências do capitalismo à organização do trabalho pedagógico da escola na qual aplica-se à escola a lógica administrativa da gestão eficaz e otimização de recursos.

Esse projeto se alinha ao que Freitas (2012a) denomina de formulação neotecnicista da educação, que visa operacionalizar o processo pedagógico para garantir a obtenção de certos resultados. Nessa perspectiva, a qualidade do ensino fica subordinada às questões de gestão, pensadas a partir de uma racionalidade técnica que trata a formação educacional como produto que deve atender às disposições do mercado, presando pela eficiência do processo produtivo. A análise do documento base da reorganização corrobora essa aproximação, pois o estudo parte do pressuposto de que o desempenho escolar é determinado pela gestão escolar e, portanto, a simplificação desta última é premente, sendo a diminuição dos ciclos atendidos pela unidade escolar a principal forma de viabilizar essa simplificação.

A falta de evidência empírica para sustentar a plausibilidade da reorganização, o caráter neotecnicista do projeto e os cortes orçamentários na SEE<sup>7</sup> descortinam a realidade sobre a medida do Governo Estadual: a reforma em curso não é uma medida educacional, mas sim uma reforma fiscal. Apesar de ser descrita pelo governo paulista como “ação pedagógica”, fica claro que a

---

<sup>6</sup> Meta estabelecida através do Programa Educação – Compromisso de São Paulo, iniciado em 2011. (<http://www.educacao.sp.gov.br/compromisso-sp>). O projeto foi concebido e financiado por meio de parcerias irregulares com o setor privado, dissimuladas pelo Governo Estadual. Ver mais em: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/47-observatorio-da-educacao/10004526-parcerias-com-empresarios-sao-informais>. Acesso em: 11/12/2015

<sup>7</sup> Os recursos destinados à Secretaria para o ano de 2016 sofreram redução de 6,5% com relação ao ano anterior. Ver mais em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/alckmin-reduz-de-novo-parte-da-educacao-no-orcamento>. Acesso em: 13/12/2015

reorganização escolar se insere em um quadro de reorganização orçamentária do Estado, em um cenário de ajuste fiscal.

Sem critérios técnicos, a única justificativa que se sustenta para o ímpeto do Governo paulista para a reorganização escolar é a redução de recursos para a pasta da Educação. Além do enxugamento orçamentário, pode-se inferir o interesse em minimizar o “esforço” com a administração da rede pública

A retirada paulatina do Estado da área educacional (via municipalização, via criação de conselhos municipais para gerir escolas, via envolvimento das empresas no financiamento da educação) não seria uma forma de transferir ou compartilhar o controle do aparato escolar com o capital? Pelo fato de a educação ser, para ele, uma faca de dois gumes e não poder prescindir de um nível um pouco mais elevado de instrução, não restará ao capital exercer um controle mais direto do projeto político pedagógico da escola, ou seja, da organização do trabalho pedagógico? (FREITAS, 2012a, p.129)

O enraizamento do caráter tecnicista na Educação paulista reflete o atrelamento do sistema educacional ao empresariado, principal formulador da proposta de reorganização, importada de Nova York pelas mãos de empresas como a Mckinsey, que prestou consultoria “informalmente” para o Governo do Estado de São Paulo<sup>8</sup>.

Seguindo os ditames dos reformadores empresariais da educação, a reorganização da rede estadual de ensino começa a ser encaminhada como uma imposição autoritária, atendendo a interesses obscuros e resguardada por manipulação da opinião pública e força policial. A limitação da participação política dos trabalhadores nos debates e deliberações e a profunda divergência de interesses que se expressa na disputa pelos rumos da educação paulista inspira o sentimento de indignação nos setores excluídos dos processos

---

<sup>8</sup> Freitas (2012b) ilustra os efeitos do neotecnicismo na educação com o exemplo das políticas de reforma educacional nos EUA, formuladas por coalizão entre políticos, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas.

decisórios e impacto do golpe que representava a imposição da reorganização impulsiona os afetados a esboçar reação.

### **Os estudantes fervem: a resistência**

Desde o início do mês de outubro, uma série de massivas manifestações de rua, compostas por estudantes, familiares e professores, ocorreram por todo o Estado, denunciando a intransigência do Governo Estadual ao recusar o diálogo e impor a reforma escolar, além de demarcar posicionamento contrário à medida. Inicialmente, o objetivo das manifestações era pressionar os responsáveis a esclarecer as causas e efeitos da reorganização em debate amplo com toda a comunidade escolar. As ações foram, desde o início, respondidas com repressão policial, resultando em um saldo de diversos feridos e pessoas detidas.

Progressivamente, os atos de rua se radicalizaram. Diante da indiferença do Estado com relação aos pedidos de diálogo, coloca-se a necessidade de aumentar o poder de pressão dos manifestantes. Os protestos pacíficos voltados à sensibilização de parlamentares dão lugar às interdições de avenidas e rodovias, ocupações de prédios públicos e enfrentamento direto às forças militares, como ocorreu no emblemático episódio de tentativa de ocupação do Palácio dos Bandeirantes, no dia 15 de outubro<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Mais informações e fotos: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/alunos-de-escolas-estaduais-fazem-ato-contra-reestruturacao-de-ensino.html>. Acesso em: 26/11/12

Inspirados pela experiência chilena e argentina<sup>10</sup> e pela luta dos secundaristas sul-mato-grossenses<sup>11</sup>, os estudantes paulistas optaram pela adoção de uma modalidade superior de enfrentamento - a tomada do controle das unidades escolares como forma de resistir e pressionar o Governo Estadual a retroceder com a reorganização.

Articulados de maneira independente nas escolas, nas ruas e nas redes sociais, estudantes secundaristas de diversas regiões da capital paulista deliberaram pela estratégia de ocupar massivamente suas escolas. A primeira, em 9 de novembro, foi a Escola Estadual Diadema, no ABC paulista, tomada após uma madrugada de resistência às ameaças da Polícia Militar. No dia seguinte, 10 de novembro, é deflagrada a ocupação da E.E. Fernão Dias Paes, em Pinheiros, zona oeste de São Paulo.

Em ritmo muitíssimo acelerado, o número de escolas ocupadas aumentava a cada dia, de modo que em um período de duas semanas foram contabilizadas mais de duas centenas de unidades escolares sob controle estudantil em todo o Estado. Esse cenário caracterizou um momento histórico nas lutas do movimento estudantil brasileiro, destacado por sua dimensão e combatividade.

Apesar de suas particularidades, as ocupações se organizavam a partir de princípios comuns a todas – a democracia direta nos processos decisórios, auto-organização e gestão coletiva do espaço, refletindo a existência de certa organicidade no movimento estadual.

---

<sup>10</sup> Desde 2006, estudantes chilenos protagonizam uma importante luta em defesa da educação pública no país, cujo auge foi a tomada de milhares de escolas e campi universitários em 2011 e 2012. Na Argentina, as ocupações se contra um plano de reorganização das escolas técnicas também em 2012. Nesse contexto, foi produzida uma cartilha com orientações práticas para efetivar e conduzir as tomadas, traduzida e amplamente utilizada pelos jovens lutadores paulistas em suas escolas. Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/17/como-ocupar-um-colegio/>. Acesso em: 27/11/12

<sup>11</sup> Ocupação vitoriosa da E.E. Prof. Luiz Carlos Sampaio, no Mato Grosso do Sul, em 2012, contra a municipalização da unidade.

Com o rápido crescimento do movimento de ocupações, tornam-se mais incisivas as articulações para sufocá-lo. Se no início as escolas eram sitiadas e os atos de rua dispersadas com violência, o Governo Estadual não tardou a perceber que recorrer à ofensiva policial já não intimidava os lutadores e logo novos dispositivos passaram a ser acionados para sofisticar a repressão ao movimento, como a emissão de declarações caluniosas por parte da Secretaria de Segurança Pública (SSP) com o objetivo de desmoralizar e criminalizar estudantes e apoiadores, orientações para infiltração e espionagem das ocupações, assédio aos professores com corte de bonificação devido ao prejuízo no SARESP e aos familiares dos ocupantes através de falsas acusações sobre depredação de patrimônio e reprovação automática em massa, entre outros. As intenções do Estado para com o movimento secundarista foram trazidas à tona após o vazamento de gravação de áudio de uma reunião entre o chefe de gabinete da Secretaria de Educação, Fernando Padula Novaes, e cerca de 40 dirigentes da rede de estadual em que são passadas instruções para quebrar a resistência de alunos, professores e trabalhadores em luta contra a reorganização, além de debate sobre “ações de guerra” contra as ocupações.<sup>12</sup> O movimento também sofreu com as traições e tentativas de desmobilização orquestradas por entidades estudantis oficiais submissas às políticas de governo, como UBES, UMES e UPES<sup>13</sup> que tentaram negociar a portas fechadas a desocupação, além de defender o retrocesso nas escolas em que atuaram.

Todos esses golpes colocaram a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação e organização entre as escolas, visando uma articulação mais democrática e a preservação da autonomia das ocupações, o que se deu através da instituição de reuniões unificadas e rotativas entre as

---

<sup>12</sup> Mais detalhes sobre conteúdo e áudio na íntegra em: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/11/secretaria-de-educacao-de-sp-prepara-guerra-contra-as-escolas-em-luta-970.html>. Acesso em: 29/11/2015

<sup>13</sup> União Brasileira, União Municipal e União Paulista de Estudantes Secundaristas, respectivamente.

escolas, assembleias regionais e a criação do Comando das Escolas em Luta como instância deliberativa única e soberana.

O Comando das Escolas em Luta foi criado para garantir a articulação da luta de todas as escolas, e para impedir que qualquer negociação com o Estado fosse feita através das entidades burocráticas que se alinham com os poderosos sem passar pelos estudantes. Entendemos que quando essas entidades passam por cima da nossa vontade e não constroem a linha política tirada pelo Comando de não desocupar isso significa um desrespeito ao movimento secundarista. Isso porque essas entidades burocráticas possuem aparelhos que garantem força para permanecer nas ocupações, mas decidem desocupar por uma escolha política, que com certeza não é a de permanecer ao lado dos estudantes<sup>14</sup>

Apesar da ofensiva, o apoio popular ao movimento dos estudantes foi massivo, o que se expressa desde a grande adesão às manifestações convocadas pelo Comando – o ato do dia 09 de dezembro contou com cerca de 10 mil pessoas nas ruas da capital paulista –, vigílias noturnas nos portões e até a criação de iniciativas comunitárias de solidariedade à causa, como o Comitê de Mães e Pais em Luta e as plataformas De Guarda pelas Escolas e Doe uma aula. Essas ações de apoiadores são importante expressão do espírito de iniciativa e do sentimento de coletividade que emergiram durante o processo de resistência.

Mesmo após o agigantamento do movimento de ocupações, Voorwald mantinha um discurso duro, afirmando que o Governo não cogitava a possibilidade de adiar ou mesmo suspender a reforma. Enfrentando sua intransigência e contrariando suas previsões, o movimento não perdeu fôlego rapidamente e, protagonizando um mês de intensos protestos, ganhava cada vez mais respeitabilidade e apoio da opinião pública a nível internacional, enquanto a gestão Alckmin (PSDB) se desgastava e perdia aprovação ao tratar as reivindicações estudantis como caso de polícia.

---

<sup>14</sup> Trecho extraído da “Nota de denúncia às recentes ações da APEOESP e UBES, UMES e UPES”. Disponível em: <https://www.facebook.com/comando.escolas/posts/785015878287263>. Acesso em: 29/11/2015.

Finalmente, no dia 04 de dezembro, o governador anuncia a suspensão do projeto de reorganização da rede estadual. A medida foi entendida pelos lutadores como uma vitória parcial, visto que a única garantia obtida é a não implementação da reforma no ano de 2016, mas nada foi dito sobre seu cancelamento. Assinalando que as ocupações haviam cumprido seu papel como tática, o Comando optou pela desocupação simultânea dos colégios entre os dias 18 e 21 de dezembro, respeitando a autonomia decisória de cada unidade e, efetivamente, cerca de 20 escolas seguiram ocupadas para negociação de pautas específicas.

Vitoriosos em uma batalha, mas cientes de que a disputa não havia terminado, a incansável disposição de luta dos estudantes foi reafirmada com a realização de um grande ato no dia 21 de dezembro, no centro de São Paulo, encerrado com um “catraço” na estação de metrô da Sé. O recado foi dado: “Estamos desocupando as escolas, mas a luta continua. Vamos continuar nos organizando e lutando contra qualquer ataque à educação. Mas se tentar fechar alguma escola, ocupamos de novo”<sup>15</sup>. A articulação continua com a realização de um encontro estadual das escolas em luta, no dia 09 de janeiro de 2016, para definição dos passos seguintes da luta contra a reorganização, além do início da mobilização contra o recém anunciado aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo - estopim das lutas de 2013, primeira escola de muitos dos secundaristas ocupantes.

A experiência das ocupações se mostra imensamente fecunda para o debate acerca da posição dos estudantes<sup>16</sup> e do movimento estudantil na estrutura de

---

<sup>15</sup> Declaração de representante do Comando das Escolas em Luta à Rede Brasil Atual. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/12/estudantes-secundaristas-encerraram-ano-prometendo-mais-mobilizacoes-em-2016-4636.html>. Acesso em: 29/11/2015

<sup>16</sup> Nos interessam aqui estudantes secundaristas da rede estadual de ensino no Estado de São Paulo, majoritariamente de origem proletária, filhos de trabalhadores ou eles próprios trabalhadores precarizados.

classes e sua possibilidade de integrar o “sujeito histórico” de transformação social.

Em grande medida, os intelectuais e organizações do campo socialista brasileiro convergem em suas análises a respeito da capacidade política da organização estudantil. Ao caracterizar os estudantes como categoria transitória entre burguesia e proletariado desligada do mundo da produção, o movimento estudantil é entendido como destituído de potencial revolucionário - portanto, essencialmente reformista - e condenado à subordinação ao movimento operário. Observa-se certo determinismo econômico nessa análise, que desqualifica as categorias sociais afastadas da produção, mas que estão também inseridas de distintos modos na divisão social do trabalho, além de ignorar a real inserção do estudante pobre na estrutura de classes, que se dá em situação transitória - não entre classes, mas sim entre gerações e ocupações, através do distanciamento da condição familiar e do ingresso no mundo do trabalho. Essa interpretação equivocada implica em atribuir falsamente ao movimento estudantil uma natureza reformista, autolimitada às reivindicações particulares de ordem econômica e demonstra, por parte de seus defensores, uma incapacidade de compreender a dinâmica da ação coletiva, o papel da luta reivindicativa para a formação da consciência de classe e a importância da auto-organização de diversos setores do proletariado afastados do centro da produção, como o movimento estudantil, que cumpre o papel de forjar a consciência de classe desde um momento importante na vida dos trabalhadores, o processo formativo preparatório para o trabalho.

Em realidade, os estudantes não são revolucionários ou reformistas “em si”, pois seu posicionamento, enquanto categoria ocupacional, reflete as contradições históricas e são resultantes das ações e reações de sujeitos concretos em determinado momento. Muito do que ocorreu nas escolas é fruto da vivência desses mesmos jovens durante as lutas contra aumento de tarifa no ano de

2013, episódio conhecido como as Jornadas de Junho, como aparece em trecho do manifesto do Comando das Escolas em Luta<sup>17</sup>:

Os atos de rua eram uma tática que se mostrou ser uma ferramenta de luta eficiente em junho de 2013, na revolta contra o aumento da tarifa, e nós, secundaristas, acreditávamos que seria igualmente efetiva para derrubar o projeto autoritário do Estado de reorganização. Após ficar outubro inteiro fazendo dois atos por semana e não recebendo nenhuma atenção por parte do governo e da mídia, vimos que deveríamos mudar de tática. Naquele momento deixamos de ocupar as ruas e decidimos ocupar aquilo que já deveria ser nosso: as escolas.

Mais do que uma reação a um ataque promovido pelos governantes contra o povo, as ocupações de escolas se configuraram como movimento associativo realizado de baixo para cima capaz confrontar as atuais condições da educação pública e do espaço escolar em suas múltiplas dimensões. Desse modo, é inegável que o legado das escolas de luta está muito além do recuo da reorganização. O movimento fez história como marco de uma nova conjuntura para o movimento estudantil brasileiro, que deixa pra trás décadas de imobilismo (em grande parte, consequência da burocratização de suas entidades) e corporativismo, retornando fortalecido ao cenário da luta de classes e marcando posição de protagonismo na guerra entre capital e trabalho: "Trabalhador, presta atenção, na fábrica também dá pra fazer ocupação", diziam os jovens lutadores em uníssono ao final da manifestação do dia 21.

### **O dualismo político Estado x secundaristas**

Para um entendimento mais global dos fenômenos, o pesquisador pode recorrer aos conceitos gerais/abstratos para analisar os fatos particulares/concretos, assim como proceder de maneira inversa. Desse modo, analisaremos as dimensões políticas da luta contra a reorganização promovendo uma

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/comando.escolas/posts/785232364932281>. Acesso em: 30/11/2015

transposição dos conceitos gerais da filosofia e da dialética para a análise dos processos e contradições da luta de classes.

Um elemento central da teoria política coletivista é o conceito de dualismo político, que consiste em uma dialética antinômica entre liberdade e autoridade. É importante observar que este instrumental elaborado por Proudhon se distancia da dialética tricotômica hegeliana, no sentido de recusar a possibilidade de síntese entre os elementos divergentes, admitindo apenas a acentuação do antagonismo e a luta perpétua entre as forças. A definição proudhoniana da dialética interna à política é a da luta entre categorias.

Os princípios de liberdade e autoridade se expressam em regimes políticos e formas de governo conflitantes na arena da história. A característica fundamental das formas de governo que materializam os regimes antagônicos está relacionada à distribuição e ao exercício do poder, de modo que o regime de autoridade é a síntese da centralização e indivisão do poder, enquanto o regime de liberdade expressa a descentralização e distribuição do poder. Como conceito, a dialética autoridade-liberdade aponta para o dualismo político, porém o essencial a esse sistema é a compreensão de que “essa dialética encontra seu campo de expressão última não em si mesma, mas na forma como a política se realiza” (FERREIRA, 2015, p.13). O real não se encerra nas tentativas de replicação da teoria, pois diante da complexidade concreta as categorias filosóficas podem se realizar de múltiplas formas, visto que a antinomia lógica ganha corpo na história mediada pela luta de classes que, enquanto conceito, expressa a contingência das relações de força entre distintos segmentos da sociedade.

Podemos observar a síntese concreta da dialética proudhoniana na arena da luta de classes paulistana, geradora da contradição entre a política educacional do Governo Alckmin, marcada pelo autoritarismo e pela concentração do poder, e

o anseio por um projeto educacional alternativo contido no movimento de ocupações das escolas estaduais, caracterizado pela divisão do poder e pela autonomia. Aplicamos o princípio da dialética autoridade-liberdade ao caracterizar o confronto entre o Governo Estadual paulista e o movimento de ocupação de escolas como síntese histórica concreta de duas formas de governo antagônicas em que predominam a autoridade e a liberdade, respectivamente.

É imprescindível salientar que essas formas concretas não são uma simples aplicação das categorias lógicas e que suas possibilidades serão condicionadas pelos múltiplos fatores contingentes da luta de classes, como a disputa de interesses, a situação econômica e a correlação de forças que se desenha a partir dos passos dados pelos sujeitos políticos envolvidos no embate.

Chegamos a outro importante fundamento da análise, a teoria da ação. As elaborações ontológico-filosóficas de Mikhail Bakunin<sup>18</sup> oferecem uma contribuição importante sobre o papel da ação para o reconhecimento dos seres, pois segundo o autor não se pode caracterizar algo apenas a partir da identificação das causas que a produziram, mas também é necessário observar suas manifestações e as ações exercidas para além de si.

Toda coisa é uma coisa determinada ou real apenas pelas propriedades que ela possui; e ela as possui apenas enquanto as manifesta, já que as propriedades determinam as suas relações com o mundo exterior; disto resulta que toda coisa só é real enquanto se manifesta, enquanto age. A soma das suas ações diferentes, eis aí todo o seu ser. (BAKUNIN, 2014, p.430)

Os acontecimentos narrados nos dois primeiros tópicos nos parecem suficientes para definir os distintos lados do conflito como um par antinômico particular que contém em si a contradição histórica entre trabalho e capital.

---

<sup>18</sup> A teoria da ação é elemento fundamental da ontologia de Bakunin, desenvolvida mais aprofundadamente no apêndice *Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, sobre o mundo real e o homem*. Ver mais em BRITO, 2015.

Para avançar no debate sobre as perspectivas do presente evento, nos apoiaremos na teoria coletivista da capacidade política, para melhor posicionar a peleja em torno da reorganização escolar no cenário da luta de classes.

De acordo com Proudhon, a capacidade política individual ou coletiva se assenta sobre três condições: 1) autoconsciência e consciência de pertencimento a uma coletividade; 2) firmeza de ideias, para expressá-las e defendê-las em seu princípio e consequências; 3) empreender ações práticas a partir das ideias. (PROUDHON, 1974, p.28). Trata-se então de avaliar a capacidade política a partir de condições subjetivas e objetivas, reconhecendo a constituição do movimento enquanto sujeito político coletivo e como sua ação incide na realidade concreta.

Os estudantes em luta demonstram reunir as três condições ao expressar sua autoconsciência, afirmar a ideia que representa o interesse coletivo e trabalhar por sua realização. O manifesto redigido por estudantes da E.E. Fernão Dias Paes<sup>19</sup> ilustra claramente a expressão de uma vontade coletiva de lutar por um projeto próprio, antagônico ao de seus governantes, e a disposição em defendê-lo com todas as forças:

somos a favor de um projeto de educação construído em conjunto com a comunidade escolar, em contraposição ao modelo autoritário e excludente que os governantes praticam. [...] Em todas as nossas tentativas de diálogo, seja com Secretaria ou as Diretorias de Ensino, o governo se mostrou irredutível. Se eles se recusam a nos ouvir, a ocupação é nossa forma de resistência. Alunos, pais e mães, professores e funcionários precisam se unir para discutir e ocupar suas escolas! Só poderemos derrotar o governo se agirmos juntos, nossa luta é uma só.

A associação coletiva - a organização para a tomada das escolas - é o fator decisivo da construção da autoconsciência e proporciona a experiência político-

---

<sup>19</sup> Redigido e divulgado após assembleia estudantil no dia 12 de novembro. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2015/11/106785>

pedagógica do fazer por si, a constituição da classe como agente, fatores determinantes da capacidade política. Falamos aqui de uma ação coletiva com caráter de classe, que não reduz a política à atividade de Estado, mas toma-a para si e, assim, marca um processo de separação da política burguesa, além de ser um ensaio da constituição de instrumentos e formas de ação independentes, ou ainda, de uma prática geral adequada à preparação de uma nova ordem política e social.

O proletariado em associação se eleva à potência de força coletiva sociopolítica, capaz de tensionar, desequilibrar e inverter a ordem vigente. Como afirmamos anteriormente, essa possibilidade latente não tende a se realizar infalivelmente como replicação lógica, mas pode avançar ou retroceder em seu potencial de acordo com as contingências da luta de classes e com as ações dos protagonistas do processo. Nos parece que a ousada juventude paulista tem acumulado aprendizados em suas escolas de luta que orienta para a compreensão de que suas batalhas de agora não tratam somente da defesa de interesses e de resistência à exploração e opressão, mas que são parte da guerra pela transformação da estrutura de classes.

[O povo] É capaz de formar, sobre as questões que interessam à coletividade social, uma opinião em harmonia com sua condição, seu porvir e seus interesses? É capaz de pronunciar, em consequência, sobre as mesmas questões submetidas à sua arbitragem direta e indireta, um julgamento fundamentado? É capaz de constituir um centro de ação que seja a fiel expressão de suas ideias, suas visões e suas esperanças e esteja encarregado de procurar a execução de seus desígnios? (PROUDHON, 1974, p.23, tradução nossa)

Parafraseando Proudhon, os secundaristas se declararam corajosamente pela resposta afirmativa.

## **Escola de luta: educação, resistência e autonomia**

Visto que nosso objeto são lutas que se dão no terreno educacional, cabe-nos fazer uma reflexão sobre a função social global das instituições escolares, bem como da educação em sentido ampliado, buscando principalmente pensar as possibilidades do exercício da autonomia, enquanto ação sociopolítica, no sistema educacional da sociedade capitalista.

A estrutura educacional que opera numa sociedade marcada por uma série de contradições é necessariamente determinada por todas elas e, fundamentalmente, pela própria estrutura de classes e pelos conflitos que dela resultam. Nesse contexto, a educação possui papel estratégico para o capital, como núcleo chave de reprodução do sistema, portanto, é preciso que este exerça controle mais direto do aparelho educacional, impondo a ele seu projeto político.

Um dos objetivos centrais dos Estados e instituições do capital é o controle dos pobres, no sentido de inviabilizar sua resistência e garantir a ordem social, necessidade esta que, projetada para as instituições escolares, acaba por definir o caráter e as funções dos centros de formação. A missão de contenção social dos setores explorados e oprimidos aparece no campo educacional de duas formas intimamente relacionadas: a precariedade do ensino, com enxugamento e adaptação dos conteúdos e métodos pedagógicos buscando atender demandas do capital com relação à sua mão-de-obra, e o autoritarismo no espaço escolar, que visa garantir o aprendizado desses conteúdos e valores mesmo em condições deterioradas, além de viabilizar a repressão material no interior da instituição de ensino.

Em seguida, começou o trabalho de repressão contra o povo. Como já não cabia sufocar seu sentimento, se tratou de contê-lo por meio de uma severa disciplina, de um poder forte, da guerra, do trabalho, da exclusão dos direitos políticos, da

ignorância [...] ou de uma instrução primária que não inspirasse inquietude (PROUDHON, 1974, p.46, tradução nossa)

É comum que, em regiões periféricas, a escola seja a única forma como o Estado se faz presente - para além da militarização-, o que faz com que as unidades escolares devam complementar a tarefa de repressão dos pobres. Cada vez mais, os governos aproximam políticas educacionais e políticas de segurança pública, através da perspectiva de que encarcerar jovens pobres nas escolas significa afastá-los das ruas, como uma espécie de política preventiva para o trato da criminalidade. Mais que isso, as forças policiais são enviadas para dentro das instituições de ensino para efeito coercitivo e, com a intensificação do emprego de práticas pedagógicas autoritárias, são atribuídas aos militares certas funções pedagógicas, que vão desde a oferta de disciplinas até a completa gestão de unidades escolares<sup>20</sup>. Dentro desse projeto educacional, observa-se que há um currículo oculto, perpetuador de uma tradição autoritária a serviço do poder do Estado e do capital.

É certo que distintas concepções de educação resultem de diferentes formas de organização social, portanto cabe uma reflexão sobre como as lutas particulares alteram não somente a realidade imediata do sistema escolar como também influem, com suas lições, para a transformação da função social da educação em aspecto amplo.

Nos processos de resistência protagonizados coletivamente pelos grupos dominados em oposição à normatividade do Estado, desenvolvem-se experiências de auto-organização, autodeterminação, democracia direta e outros elementos de caráter contra hegemônico que resultam em fortalecimento dos laços comunitários, o que, gradativamente, pode substituir e pulverizar a

---

<sup>20</sup> Há quase uma centena de escolas públicas militarizadas no Brasil. Ver mais em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/08/10/pm-assume-escolas-e-impoe-a-disciplina-dos-quarteis/>. Acesso em:04/12/2015

presença da autoridade estatal. Essas experiências são, efetivamente, disputa por poder, em que o povo desenvolve outras formas de organizar o poder político.

Ao negar e transformar o lugar social determinado, o povo amplia suas formas de expressão, em um processo permanente de caráter autoeducativo. Na organização para a luta, ao invés de se reproduzir relações sociais hierárquicas, são criadas novas relações e, nesse sentido, seu saldo produtivo é também o educar, pois para além de um espaço específico e de uma autoridade destacada, durante o exercício de resistência, todos os espaços, momentos e sujeitos envolvidos tomam parte do processo educativo e, desse modo, pode-se afirmar que as ações do movimento social são dotadas de finalidade pedagógica. Mais do que protagonizar lutas em defesa da educação e de garantir a participação comunitária na escola, o movimento se constrói como sujeito educativo.

Nas escolas ocupadas, as relações de cooperação, democracia e fraternidade substituem o autoritarismo, a competitividade e a meritocracia, que são parte elementar da pedagogia do capital. Assim, a ocupação tem como pano de fundo a confrontação dos projetos educacionais do Estado e do povo.

Desse modo, compreendemos que as lutas nas instituições de ensino capazes de tensionar com os objetivos e funções da educação na sociedade do capital em que os sujeitos oprimidos se tornam força coletiva por via da associação, como o movimento de ocupações, são importantes experiências político-pedagógicas em que o fazer autônomo é processo central de transformação da realidade.

Nesse panorama, podemos estabelecer uma relação bastante estreita entre educação e autonomia, em que esta última aparece como processo, como atividade sociopolítica que produz a longo prazo as condições para o

autogoverno individual e coletivo, forjadas na própria atividade de resistência coletiva aos processos de expansão do autoritarismo no espaço escolar. Efetivamente, ter uma educação autonômica como projeto requer, em plano macro, a aproximação das lutas pela educação da totalidade da luta de classes pela emancipação dos explorados e oprimidos, bem como, em plano micro, no desenvolvimento de formas pedagógicas que questionem a dominação ideológica capitalista nas relações sociais.

O movimento de ocupações de escolas paulistas se demonstrou uma importantíssima escola de luta - não apenas para seus jovens protagonistas-, cuja maior lição é a de que as lutas imediatas em defesa de uma educação de qualidade para os pobres podem e devem se dar como um ensaio de insurreição popular, avançando contra a burguesia na disputa pelo direito ao conhecimento, à ciência e ao poder.

## Referências

BAKUNIN, M. Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, o mundo real e o homem. In: FERREIRA, A.C.; TONIATTI, T. B.S. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014. p. 339-446.

FERREIRA, A. C. A classe por si: Teoria econômica e política em Proudhon e no proudhonismo. *Em Debate*, Florianópolis, n. 11, p.4-25, set. 2015.

FREITAS, L.C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2012a.

\_\_\_\_\_. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p.379-404, abr. 2012b.

PO, M.V.; YAMADA, E.M.K; XIMENES, S.B; LOTTA, G.; ALMEIDA, W.M. *Análise da política pública de Reorganização Escolar proposta pelo*

*governo do Estado de São Paulo. São Bernardo do Campo, SP: novembro de 2015.*

PROUDHON, P.-J. *La capacidade política de la classe obrera*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1974.

Recebido em: 22/03/2017

Aceito em: 06/05/2017